

REFLEXÕES EM TORNO DA INTERCULTURALIDADE NA UNIVERSIDADE

REFLECTIONS ON THE INTERCULTURALITY IN THE UNIVERSITY

Ana Cláudia Gomes de Souza¹

RESUMO

Em 2016, foi organizada na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) uma mesa redonda para discutir “Interculturalidade na Universidade Brasileira: tensões, conflitos e desafios”. As ações afirmativas no Brasil têm aumentado o acesso ao ensino superior a estudantes negros e indígenas de graduação e pós-graduação. Desde então, as universidades públicas têm enfrentado novos desafios para apoiar financeiramente esses estudantes durante sua trajetória acadêmica. Além disso, a diversidade cultural, social, política e histórica que trazem esses estudantes também tem desafiado as pedagogias hegemônicas e suas epistemologias, bem como impôs novas estratégias ao processo de ensino. Por fim, esse contexto acadêmico intercultural também reivindica professores e pesquisadores que representem esses grupos em termos de diversidade como umas das condições para esse projeto político e epistemológico. Este ensaio textualiza algumas das ideias apresentadas nesta mesa, abordando interculturalidade e projetos interculturais acadêmicos, em curso, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade, Diversidade, Universidade, Ações Afirmativas.

ABSTRACT

In 2016, the Brazilian Anthropology Association (RBA) organized a roundtable to discuss the “Intercultural challenges at the Brazilian University.” The affirmative actions in Brazil have been increasing access to higher education to Black and Indigenous undergraduate and graduate students. Since then, Public Universities have faced new challenges to support financially those students during their academic trajectory. Moreover, that cultural, social, political and historical diversity embodied by those students have also challenged hegemonic pedagogies and its epistemologies, as well as imposed new strategies to the teaching process. Finally, this intercultural academic context has claimed to scholars that represent those groups in terms of diversity as the main condition for this political and epistemological project. This paper analyses the narratives presented in this discussion, approaching ideas on “intercultural academic” projects and how it has been conceptualized in Brazil.

¹ Professora Doutora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (Campus dos Malês – Bahia). E-mail: anacla@ufba.br.

KEYWORDS: Interculturality, Diversity, University, Affirmative Actions.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio representa a tentativa de textualizar a mediação que realizei na Mesa Interculturalidade na Universidade Brasileira: tensões, conflitos e desafios, que ocorreu na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)², em 2016, tendo a participação de Florêncio Vaz, Osmundo Pinho, Gersem Baniwa e Maria Rosário de Carvalho, como organizadora e proponente. Esta Mesa representou, de certa forma, a continuidade da Mesa Intelectuais e Lideranças Étnicas no Campo da Antropologia, realizada na 26ª RBA em 2008, e foi se concretizando a partir das nossas conversas e encontros sobre as mais diversas situações que passamos a acompanhar na universidade, nesse últimos anos, e que tivessem alguma problematização de cunho étnico-racial. Além dessas referências, sem dúvida, a pesquisa que fiz para o doutorado, colaborou para as reflexões propostas aqui. Desse modo, a mediação que fiz também foi apoiada na produção de dados ao acompanhar o ingresso e permanência dos estudantes indígenas na universidade e os programas de ações afirmativas dessas instituições.

A composição da mesa foi muito emblemática, formada por dois antropólogos e professores negros e por dois professores e antropólogos indígenas. Algo que sempre nos questionamos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), ou São Lázaro, como a chamamos, foi a ausência de professores e antropólogos negros e indígenas, isto já na época que ingressei, em 1994, porém não produzíamos tantas inquietações. E isso deve ser recorrente provavelmente em todas as universidades e em seus departamentos no Brasil.

Desse modo, ter participado de uma mesa fazendo essa autorreflexão, e a partir de sujeitos que vivenciam e que produzem a antropologia, na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – um evento tão importante para a antropologia brasileira – foi uma experiência fantástica! Sem contar que nos últimos dez anos, o ingresso muito maior de estudantes negros, indígenas e quilombolas tem feito com que essa reflexão seja cada vez mais necessária, mais relevante e cada vez mais problematizada na universidade.

² A RBA é organizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

DESAFIOS PRÁTICOS PARA O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA UNIVERSIDADE

Parece-me que quando as ações afirmativas são adotadas, equivocadamente a interculturalidade parece se resumir ao ingresso, ao acesso um pouco mais facilitado através das cotas ou da reserva de vagas para alguns públicos, o que faz com que, por exemplo, quando a gente pensa em políticas de reconhecimento dentro da universidade, esses contingentes não sejam tratados nas pró-reitorias de graduação. De fato, os estudantes cotistas, negros e indígenas, são sempre relacionados com a pró-reitoria de ações afirmativas. É como se o ingresso desses estudantes se resumisse à sua entrada na universidade, e como se, por sua vez, a universidade, de certo modo, já sinalizasse que não está tão interessada em mudar a sua estrutura de produção e disseminação de conhecimento, alterar programas e grades curriculares, enfim, se repensar ou fazer com que esses sujeitos possam repensar o modo como as universidades hoje estão consolidadas em termos de produção e disseminação de saberes.

Então, é interessante a gente ver que o conceito de interculturalidade é um conceito extremamente complexo, mesmo porque ele vai revelar para a gente que essa produção, essa construção de um saber a partir de uma troca parece que é sempre pensada de forma muito unilateral, e, portanto, os estudantes indígenas, quilombolas e negros, de modo geral, acabam participando muito pouco dessa produção. E da possibilidade de se repensar, inclusive, o que é produzido e transmitido nas universidades.

Na pesquisa que realizei no doutorado, estudei a presença de estudantes indígenas universitários, especialmente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E mesmo na área da antropologia, que poderíamos supor que conseguíssemos realizar essa troca de saberes e de conhecimento de modo mais simétrico, e assim atrair os estudantes para a ciência que fazemos, é curioso que entre os estudantes indígenas da UFBA, entre os estudantes que ingressaram no curso de ciências sociais, nenhum tenha escolhido a especialidade em antropologia, mas se orientado para o bacharelado em ciência política e licenciatura.

Considero outro ponto importante a ser ressaltado sobre a questão da diversidade na universidade, a partir do ingresso dos estudantes indígenas, a questão da imigração

Reflexões em torno da interculturalidade na universidade – Ana Cláudia Gomes de Souza – p. 135-149

estudantil. Os programas de ações afirmativas nas universidades têm estimulado o deslocamento de jovens estudantes para locais mais afastados das suas comunidades. Ao retirar esses estudantes das suas comunidades, esse afastamento acaba também produzindo relações conflituosas. Portanto, produzimos novos racismos se considerarmos que esse deslocamento fará com que esses estudantes entrem em contato com situações urbanas que muitas vezes desconhecem, distantes também da realidade e das suas vivências comunitárias. De certo modo, as Universidades não estão muito preocupadas com as novas questões que irão surgir com essa nova realidade, que surgirão com a vinda desses estudantes para o espaço urbano, tendo, no máximo, o cuidado com a moradia e com a alimentação. Existem pouquíssimas instituições que disponham, por exemplo, de uma residência universitária para os estudantes indígenas. Nos deparamos com situações que são promovidas por essa inserção, em parte, negligenciada, e que demonstra, novamente, essa dificuldade em lidar com esses novos contingentes, até mesmo na ocupação do espaço da Universidade.

Na UFBA os estudantes indígenas se ressentem de não ter um espaço onde eles possam fazer seus rituais, levar seus parentes. Desse modo, a instituição demonstra a negligência de pensar uma ocupação diferenciada para esses estudantes. Nas três falas dos participantes da mesa foram referidas experiências recorrentes de racismo institucional, com as quais temos contato quase que diariamente.

Não obstante, na exposição feita por Osmundo Pinho, concordo quando ele chamou atenção para o que denominou de um novo protagonismo, de um novo ativismo negro, que esses estudantes acabam protagonizando. Por isso, acredito, assim como Gersem Baniwa, que enquanto a revolução pedagógica não chega, os estudantes tentam produzir estratégias que deem conta dessas várias situações que promovem essas tensões. Desse modo, os coletivos, as redes, inclusive as redes sociais, passam a ser bastante significativas, e acabam sendo estratégias acionadas pelos estudantes como forma de subversão. Gosto muito dessa ideia de subversão que Pinho trouxe em sua intervenção, e que vai estar presente nos coletivos que citou, como o *Denegrir*, *Negrada*, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e também no NEI (Núcleo de Estudantes Indígenas) da UFBA, e no Movimento Me Coloniza, Só que Não da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Acredito que são demonstrações de que esses estudantes estão, de algum modo, reagindo. Reação que pode ser

Reflexões em torno da interculturalidade na universidade – Ana Cláudia Gomes de Souza – p. 135-149

considerada, como Pinho colocou e denominou, de um “novo radicalismo”, pois será necessário, muitas vezes, radicalizar para enfrentar o epistemícidio nas universidades.

Em um manifesto denominado de “Xoça Manifesto” (2011), elaborado pelos estudantes indígenas, eles questionam a visão passiva sobre a sua presença na universidade:

Percebemos que a comunidade universitária ignora a realidade e luta dos povos indígenas. Mas não saímos das nossas aldeias para enfrentar esse mundo acadêmico em vão!!! Se a universidade não está preparada para nos receber, nós vamos prepará-la. Não queremos ser apenas “objeto de pesquisa” de uma ciência que nos exclui enquanto sujeitos históricos e produtores de conhecimento. À universidade se atribui um grande potencial de transformação da sociedade e esta deve começar por renovar a si mesma. Entendemos que este deve ser um espaço não apenas que represente a diversidade no discurso, mas que seja efetivamente construído por ela (Xoça Manifesto, 2011).³

Com as cotas, a reserva de vagas e os projetos como o da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)⁴, a universidade passa a conviver com outras perspectivas, com outras cosmovisões, e não mais com situações de exceção. Resta, ademais, superar a falta de preparo, de formação para o convívio com as diferenças socioculturais dentro das universidades. Essa dificuldade é identificada seja nas relações interpessoais, no convívio em sala de aula entre professores e colegas de classe, nas relações institucionais com os servidores técnico-administrativos e representantes legais das universidades, e no próprio conhecimento que é referência para os conteúdos que são ministrados nas aulas.

Considero ainda válido o que afirmei na tese,

Os estudantes indígenas ao longo dos dez anos de sua permanência na UFBA têm problematizado a necessidade de se proceder a uma descolonização de caráter epistemológico na instituição [...]. Se, historicamente, o desenvolvimento de políticas para assimilar os povos indígenas utilizou o acesso à educação formal, fazendo com que desde os primeiros anos de escola eles apreendessem a versão do

³ PET – Comunidades Indígenas. **Xoça Manifesto**, Salvador, 2011.

⁴ A UNILA e a UNILAB são propostas criadas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando a integração com países que compõem o Mercosul e com os países do continente africano cuja língua oficial é a língua portuguesa, respectivamente.

poder hegemônico, bem como o princípio da ideia de progresso e da competição, nos dias atuais tem havido uma forte cobrança para que as instituições escolares valorizem outras formas de produção de conhecimento (SOUZA, 2016, p. 239).

O contexto atual expõe uma contradição presente nas universidades e nas agências do Estado como um todo, sob a forma de um discurso bastante avançado sobre interculturalidade e diversidade, que tem, efetivamente, se traduzido na conquista de direitos, como as Leis 10.639 e 11.645, a Lei de Cotas, e que, em contrapartida, defronta-se com uma operacionalização das instituições ainda muito incipiente, com o preenchimento de cargos técnicos e de gestão por agentes com precária formação sobre essas questões. Isso se reflete, por exemplo, nos concursos públicos, que não incorporam concepções hoje tão usuais na universidade, ou na forma como muitos servidores públicos, inclusive professores, lidam com a diversidade nas universidades.

A questão da diversidade se tornou o fio condutor da minha tese de doutorado e continua a sê-lo no que concerne às problematizações que constituem o meu interesse de pesquisa com relação à universidade presentemente. A partir dessa questão central tenho me mobilizado no sentido de tentar compreender como esses jovens estudantes apreendem a realidade, urbana e acadêmica, através do acompanhamento do seu cotidiano, da colaboração com as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, do compartilhamento de algumas das suas angústias e inquietações suscitadas pelas dificuldades interpostas à permanência.

Considero as ações afirmativas e as relações étnico-raciais produzidas no âmbito da universidade um espaço extremamente válido para podermos refletir e analisar as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Ressinto-me, todavia, de não dispormos de um aparato conceitual e metodológico para melhor apreendermos essas relações. Geralmente são questões tratadas pela antropologia da educação, que muitas vezes não consegue fazer jus à potência que o debate requer.

Em sua intervenção, Gersem Baniwa relacionou o ingresso e a permanência dos estudantes à noção de luta, o que me fez reportar ao título da minha tese, que foi extraído da fala de um estudante tuxá, Brendo Neves, que em uma das várias reuniões nas quais conversávamos sobre a participação deles na universidade, pronunciou a frase “– Passou? Agora é luta!”, na tentativa de sintetizar, mas de também prever, o que seria o percurso universitário, muitas vezes pleno de obstáculos, dos estudantes ingressos. O Reflexões em torno da interculturalidade na universidade – Ana Cláudia Gomes de Souza – p. 135-149

termo *luta* para os povos indígenas no Brasil parece quase constitutivo do seu processo de construção identitária. Afinal, são séculos de luta, no decorrer dos quais nada lhes foi fácil. Luta, sobretudo, para o reconhecimento das suas identidades e manutenção dos territórios, já que ainda vivenciam verdadeiras batalhas para a garantia dos seus direitos constitucionais. O ingresso na universidade também será marcado pela luta, a “luta pelo diploma e o diploma para a luta”.

Atualmente tenho me dedicado a pensar sobre a nossa representatividade, enquanto professores, diante dos estudantes. Ou de como reverbera a minha posição enquanto mulher e negra nos espaços acadêmicos e na relação com os estudantes? E como talvez nós professores e antropólogos negros e indígenas, tenhamos que refletir mais sobre esse nosso papel e sobre como a gente constrói essa representatividade e os efeitos da reflexividade em nossas pesquisas e em sala de aula.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ÉTNICA E RACIAL NA UNIVERSIDADE

José Jorge de Carvalho, no livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil* (2006), afirma que o processo recente de inclusão étnica e racial (e do reconhecimento das diferenças) entre nós representa uma revolução em nosso mundo universitário, na medida em que, pela primeira vez na sua história, começa a admitir uma presença expressiva na graduação e na pós-graduação de estudantes negros, indígenas, quilombolas, transexuais, deficientes físicos.

A atual conjuntura faz-nos supor que vivemos um momento de efervescência em torno dessas discussões, o que pode ser percebido através das inovações na prática universitária por meio de mecanismos de ingresso ao ensino superior, como também da capacidade de rever posturas e modelos, sem contar as mudanças quanto ao perfil do corpo discente. Tudo isso abre campo para a reflexão teórica nas ciências sociais, dado que novas experiências de ações afirmativas estão surgindo e ao passo que outras vão se consolidando.

Diante desse cenário, a questão das cotas no ensino superior no Brasil tem sido objeto de debate nos contextos intelectuais e acadêmicos. Recentemente, passaram a ser produzidas revisões dos modelos de interpretação da convivência étnica e racial, formuladas a partir da observação direta sobre a condição excludente das universidades

Reflexões em torno da interculturalidade na universidade – Ana Cláudia Gomes de Souza – p. 135-149

brasileiras e a dinâmica de discriminação vigente em praticamente todos os contextos universitários (CARVALHO, 2006, p. 14).

O que as experiências têm demonstrado, como afirmou Gersem Baniwa em uma palestra⁵ proferida na UFRB, no caso dos povos indígenas, é que a relação com a universidade é um tema recente na agenda nacional, diferentemente de outras experiências de países americanos. Esta relação tem a ver com aspectos históricos e político-sociais, sendo ainda uma experiência nova, em construção inicial, que gera dificuldades para os dois lados (povos indígenas/tradicionais e instituições universitárias). Ela passa pela forma como o Estado sempre tratou os indígenas, com muitas resistências para reconhecê-los como cidadãos, como sujeitos de direito. Nos últimos cem anos foram desenvolvidas várias formulações sobre o instrumento da tutela e, até presentemente, ela é valorizada e tem força junto à nação.

Gersem Baniwa identifica quatro desafios no campo das experiências no ensino superior para os povos indígenas, e que também poderão ser estendidos para negros, quilombolas e outras categorias: 1) avaliar os mecanismos de acesso e permanência; 2) avaliar o impacto da interação com o acesso dos indígenas, e entender o que significa a permanência na universidade; 3) identificar como os povos indígenas podem também contribuir com essas políticas de educação; 4) identificar o que se pode ganhar com a inserção dos indígenas na universidade.

Ainda segundo Baniwa, pesquisas demonstram que há aproveitamento da universidade por parte dos indígenas, ao passo que o inverso não parece acontecer. A soberania indígena acaba sendo subsumida, não aproveitada, e o grande debate “mundial” sobre diversidade, na prática, não é assimilado pelas instituições de ensino superior. Em sua perspectiva, nessa virada da tutela os povos indígenas incorporaram um mais novo instrumento político, a saber, o diploma, com o objetivo de elevar o poder de sua intervenção na sociedade regional. Assim, a presença indígena na universidade não é apenas “um fim científico, mas político” assim como um recurso de autodescoberta da identidade indígena. Vários indígenas com experiência urbana

⁵ I Conversa Afiada – Universidade e Povos Indígenas, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação em parceria com a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB, com realização de Mesa Redonda com participação de Gersem Baniwa e estudantes do Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena da UFBA (12 de abril de 2012).

reforçam, na universidade, a “cultura” na relação de fronteira⁶. Assim sendo, as universidades precisam problematizar também quanto podem beneficiar-se com a presença indígena, vivificando-se e ampliando-se na direção da construção de um mundo de tolerância e riqueza simbólica em que não bastará mais a repetição ampliada dos paradigmas do horizonte capitalista contemporâneo (LIMA; HOFFMANN, 2007, p. 17).

Por essa razão é que, para Lima e Hoffmann,

Cotas, no caso dos indígenas, não são suficientes sem mudanças muito mais amplas nas estruturas universitárias, de modo a que estas reflitam sobre suas práticas a partir da diferença étnica, de um olhar sobre quem se desloca de um mundo sociocultural e, em geral, linguístico, totalmente distinto, ainda que os estudantes indígenas pareçam e sejam – uns mais e outros menos – conhecedores de muito da vida brasileira (LIMA; HOFFMANN, 2007, p. 17).

Há expectativa, por parte dos indígenas, de que a sua presença possa quebrar paradigmas de convivência multicultural, porém, examinando-se as estruturas do Estado, talvez sejamos levados a concluir que a academia é uma instância bastante conservadora. “Não queremos construir uma outra universidade, mas teria que ser uma universidade baseada nos princípios da ontologia indígena, para dialogar com o mundo”, afirma Gersem, para quem “a presença indígena ainda vai dar muito trabalho. A formação dos primeiros intelectuais indígenas, com o tempo, fará diferença” (fala de Gersem Baniwa no Seminário “Conversa Afiada”, UFRB, 2013).

Para Gersem, a universidade é, sobretudo, uma ferramenta, nessa rede formada por cerca de treze mil estudantes indígenas universitários, passível de recuperar o gosto pelo pensar. Em contrapartida, ele reflete que a dominação, agora, é realizada também pelo pensamento, e que se a universidade tem recuperado o prazer do pensar, os povos indígenas também podem se “tornar dependentes do pensar”. E esta é uma boa deixa para novas proposições em torno da interculturalidade na universidade.

⁶ Ao evocar a noção de fronteira desenvolvida por Barth (1998), é necessário ressaltar que o objetivo, aqui, é mostrar que tal conceito, ao problematizar as fronteiras entre grupos sociais, constitui um instrumento teórico útil para refletir sobre o cenário universitário enquanto espaço de interação entre grupos, com fluxo de pessoas e de conhecimento, e onde as diferenças sociais são construídas.

DESAFIOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PROMOÇÃO DE INTERCULTURALIDADE

Para Célia Letícia Collet (2006), a noção de interculturalidade enfatiza o contato, o diálogo entre as culturas, a interação, a interlocução, a reciprocidade e o confronto entre identidade e diferença. O conceito de educação intercultural constitui um conceito acadêmico que se refere à dimensão da interação no contexto escolar, entre professores e alunos com culturas diferentes, geralmente uma dominante e outra subordinada. Em termos de políticas públicas, a educação intercultural é vista como instrumento de inclusão das minorias e de atribuição de poder às populações que estão às margens da cultura dominante. A ideia subjacente a essa visão seria que, através do domínio tanto dos seus códigos específicos como dos códigos ocidentais ou nacionais, as minorias poderiam reivindicar um espaço na sociedade e na economia nacionais e globais (COLLET, 2006, p. 123). Por outro lado, a crítica que recebem os programas de educação intercultural é que eles acabam por retirar o caráter político do conceito de cultura de que lançam mão. A ideia de diálogo está deslocada de uma crítica das condições de desigualdade a que estão submetidos os atores envolvidos, substituída pelo valor da tolerância em que a preocupação com a diferença cultural escamoteia a desigualdade político-econômica (DIAZ; ALONSO, 1998, p. 19 *apud* COLLET, 2006, p. 123-4).

Assim como será reivindicado na educação básica, o ensino superior para indígenas e não indígenas precisa também preocupar-se com uma inclusão diferenciada e não homogeneizadora, que possa dar conta das necessidades e especificidades dos estudantes e de suas comunidades de pertencimento. A realidade sociocultural dos Estados Nacionais não comporta mais a construção de políticas públicas que não levem em conta as diferenças entre indivíduos e suas pertenças comunitárias, tendo, assim, que ter como princípio para a sua gênese o multiculturalismo, que concerne, como é sabido, à admissão de que o Estado deverá se relacionar com os cidadãos, abrangendo a politização da diferença. De certo modo, apesar das divergências, as políticas de ações afirmativas no Brasil são embasadas pelas ideias multiculturais que propõem uma ruptura com a neutralidade do Estado republicano e reconhecem como assimétricas as relações pautadas nas diferenças construídas historicamente entre os grupos étnicos e

Reflexões em torno da interculturalidade na universidade – Ana Cláudia Gomes de Souza – p. 135-149

determinados segmentos da sociedade inclusiva. E será, necessariamente, desse reconhecimento que surgirão modalidades de ações afirmativas, como as de acesso diferenciado e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, que nem sempre contemplarão as especificidades das populações indígenas quanto à permanência, tampouco outras questões que envolvem a produção de diálogo intercultural (Ensino Superior Indígena⁷).

Não surpreende, pois, que a constituição de interculturalidade nos cursos superiores regulares tenha se transformado em uma das controvérsias no ensino superior brasileiro. De certo modo, as políticas de ações afirmativas mediante as reservas de vagas, seja através de programas próprios ou da Lei de Cotas, conseguiram dar respostas significativas ao ingresso de estudantes negros, indígenas, quilombolas. O desafio ainda é grande com relação a como produzir interculturalidade a partir da valorização das especificidades das histórias e culturas negras e indígenas. E o desafio maior é como adequar o sistema universitário à alteridade dessas populações. O cotidiano das universidades demonstra que os princípios do multiculturalismo são muito mais fáceis de serem aplicados formalmente, do que efetivamente vivenciados na prática acadêmica, correndo o risco de gerar vieses assimilacionistas e hegemônicos se aplicados de modo a não modificar as estruturas.

Se considerarmos os editais do ingresso regular nas universidades pode-se perceber que, a rigor, não há necessariamente um projeto político que pretenda quebrar paradigmas epistemológicos científicos a partir da concepção intercultural dos campos do saber. Preocupações desse tipo estarão mais presentes nos projetos de criação de cursos diferenciados com estrutura curricular e pedagógica específicas, como as licenciaturas interculturais ou indígenas, ou nos debates e projetos em torno das universidades indígenas, em que haverá maior preocupação com a inserção indiferenciada e a não assimilação, incorporando em seus projetos termos (como diálogo, articulação, intercâmbio) que deem conta desse esforço de produzir interculturalidade com esta inserção e de produzir relação entre diferentes ordens epistemológicas de conhecimentos científicos e de conhecimentos indígenas ou tradicionais.

⁷ Ensino Superior Indígena é um projeto de mapeamento, com a participação dos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Augusto Ventura dos Santos, Guilherme Pinho Meneses e Leonardo Viana Braga. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/>. Acesso em 22/10/2015.

Como ressaltam Paladino e Almeida (2012, p. 15), os conceitos de diversidade e interculturalidade fazem parte das reivindicações de alguns dos atuais movimentos sociais no país, assim como são comumente utilizados por agentes governamentais como matéria de seus discursos e fundamentos que orientariam as políticas públicas. Todavia, na maioria das vezes, os documentos oficiais não trazem uma definição ou problematização desses conceitos, a exemplo dos conceitos de cultura, tradição, diversidade cultural. O que resulta de uma não explicitação dos sentidos que foram atribuídos a estas noções, tampouco de uma preocupação com as contextualizações ao usá-los para pensar políticas públicas educacionais e culturais.

Nos projetos para implementação de cursos de licenciatura indígena propostos em torno do princípio da interculturalidade tais conceitos estarão mais presentes, geralmente subtendendo-se *trocas de saberes científicos e tradicionais* nos projetos político-pedagógicos, tendo a valorização dos saberes indígenas como uma importante bandeira, sem excluir o interesse pelo aprendizado dos saberes científicos.

Vale lembrar que essa exigência parte dos próprios indígenas e decorre da insatisfação com o modelo assimilador e pretensamente civilizador de educação oferecido, o que demonstra o interesse desses povos de atingir certa autonomia participativa frente às políticas estatais a eles direcionadas, algo que permita evidenciar suas especificidades. Nesse exercício de práticas interculturais encontramos a realização das provas de seleção em língua indígena, como acontece na UFSCAR, UFOPA, UFSC, UFAP e UFG. Mas são as licenciaturas interculturais que têm conseguido produzir conceitos que seguem mais efetivamente uma lógica intercultural, respeitando as especificidades das demandas indígenas e de outras realidades, como é o caso da pedagogia da alternância, utilizada em vários projetos didático-pedagógicos voltados para o ingresso de estudantes oriundos de sociedades tradicionais, e que reforça a preocupação com o êxodo dos alunos para fora de suas comunidades, enfatizando a constituição dos cursos nas fases “Tempo Comunidade” e “Tempo Universidade”, uma tentativa de se evitar o esvaziamento das comunidades através da alternância entre os dois locais, descentralizando o ensino que, convencionalmente, se concentra nas cidades. Outra noção presente nesses cursos é o de territorialidade-linguística, visando

incluir as especificidades linguísticas dos indígenas de uma determinada região, podendo abranger vários territórios-linguísticos⁸.

Nos cursos regulares não há projetos ou programas que sejam respaldados em concepções tão interculturais, geralmente restringindo-se ao ingresso diferenciado, como já dito. Os modelos de universidades convencionais presentes no país, e representativos da maioria das instituições de ensino superior que adotam alguma ação afirmativa para o ensino superior, concebem as políticas públicas a partir de noções que parecem estar mais preparadas para assimilar do que ressaltar as diferenças, haja vista as diversas situações cotidianas que experimentam os estudantes, especialmente os cotistas, e as dificuldades que relatam quanto à associação que desejam fazer entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico.

Particularmente tenho me interessado pela experiência da UNILAB, especificamente do campus Malês, localizado no município de São Francisco do Conde (BA), onde sou professora. Com um projeto afro-centrado, reúne estudantes a partir de um programa de integração com os países da Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique, além de estudantes oriundos de outros estados brasileiros e do recôncavo baiano. Nos últimos meses tenho me inclinado a pensar sobre os desafios desse projeto, ao proporcionar tamanha diversidade com o ingresso de estudantes, em termos étnico-raciais. Como lidar com a promoção de interculturalidade (seja nos currículos, na política universitária, na prática acadêmica), em um contexto tão diverso? Torna-se um desafio para professores, pesquisadores, estudantes, servidores. Um excelente contexto etnográfico para prosseguirmos com as nossas inquietações tratadas na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA).

E PARA FINALIZAR...

O que se pode concluir é que a produção de conexões entre conhecimentos outros e conhecimentos científicos ainda se constitui em entrave para a efetiva inclusão da diversidade nos cursos regulares das universidades, os quais requerem certo

⁸ Augusto Ventura dos Santos, Guilherme Pinho Meneses e Leonardo Viana Braga analisam, no projeto Ensino Superior Indígena, Mapeamento de Controvérsias, alguns editais e como certos conceitos são operacionalizados nos projetos das licenciaturas indígenas e da universidade indígena. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/cosmologia/tentativas/>. Acesso em: 15/09/2015.

desprendimento das bases epistemológicas ocidentais. No que concerne à tensão entre as modalidades de conhecimento, é oportuno lembrar o que assinala Manuela Carneiro da Cunha, no livro “Cultura com aspas e outros ensaios” (2013), ou seja, de que os construtos em torno do conhecimento tradicional tentam geralmente apreendê-lo a partir de construções binárias; além de tentar unificar o conhecimento tradicional à imagem do conhecimento científico, e à sua semelhança, o conhecimento tradicional é referido sempre no singular, como se pudesse representar uma gama de diferentes regimes históricos e sociais de conhecimento tradicional, e conclui que – “há muito mais regimes de conhecimento e de cultura do que supõe nossa vã imaginação metropolitana” (CANEIRO DA CUNHA, 2013, p. 329).

Na universidade, os estudantes negros, indígenas, quilombolas, deparam-se com essas contradições (conhecimento tradicional versus conhecimento científico) e com as dificuldades de superá-las. O espaço universitário torna-se, muitas vezes, o espaço de conformação com as expectativas dominantes ao invés de espaço de contestação (CARNEIRO DA CUNHA, 2013), tendo que operar com os conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar. Este é um dos paradigmas para cuja superação os estudantes que ingressam na universidade, reivindicam estratégias. Considero que os espaços universitários, com a adoção das ações afirmativas, se transformam em espaços interétnicos e inter-raciais, que mantêm suas contradições e assimetrias epistemológicas. Daí a necessidade e relevância de se estudá-los de perto, de se produzir etnografias sobre como tem sido construída essa relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem. **A lei das cotas e os povos indígenas:** mais um desafio para a diversidade, 2012. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/2012/11/26/a-lei-das-cotas-e-os-povos-indigenas-mais-um-desafio-para-a-diversidade>. Acesso em: 15/01/2013.

BARTH, Fredrik. Teorias da etnicidade. In: POUTIGNAT, Philippe. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 187-227.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2013.

_____. Políticas culturais e povos indígenas, uma introdução. In: CARNEIRO DA CUNHA, M.; CESARINO, P. N. (orgs). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 09-21.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 115-130.

DIAZ, Raúl; ALONSO, Graciela. **Cultura, pedagogia e política**. Algunas reflexiones acerca de los cruces entre interculturalidad y educación popular. XX Encuentro Nacional de Antropología Social. La Plata, ago./1998.

LIMA, Antônio Carlos Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria Macedo. Introdução - Universidade e povos indígenas no Brasil: Desafios para uma educação superior universal e diferenciada de qualidade com o reconhecimento dos conhecimentos indígenas. In: **Seminário desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Rio de Janeiro: LACED – Departamento de Antropologia/Museu Nacional - UFRJ, 2007. p. 5-32.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos Governos Lula**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

PET – Comunidades Indígenas. Xoça Manifesto, Salvador, 2011.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. « **Passou? Agora é luta!** »: um estudo sobre ações afirmativas e a presença de jovens estudantes indígenas na Universidade Federal da Bahia. Tese (Doutorado em Antropologia) - UFBA, Salvador, 2016.

Recebido em: 20/11/2018 Aprovado em: 20/02/2019
--